#### FIDES REFORMATA 3/1 (1998)

# A Posição Escatológica como Fator Determinante do Envolvimento Político e Social

Heber Carlos de Campos\*

#### I. Uma visão histórica

Desde os primórdios do cristianismo tem existido diferentes atitudes com respeito ao governo e à política na vida da igreja, algumas delas opostas entre si.

De um lado, Tertuliano "declarou que Jerusalém e Atenas (o ensino judeu-cristão e o intelecto e a cultura grega) não possuem nada em comum, e que os cristãos, portanto, deveriam participar da vida cultural o menos possível."1 Esse raciocínio de Tertuliano tem sido assimilado por muitos cristãos através dos séculos. Por darem ouvidos a pensamentos como esse, muitos têm perdido grandes oportunidades de influenciar a sociedade, embora o espírito de Tertuliano não tenha sido o do isolacionismo passivo.

De outro lado, apareceu o pensamento emitido por Agostinho, cerca de dois século depois, que também exerceu grande influência sobre outros círculos da igreja cristã. Agostinho norteou a vida da igreja por vários séculos através da sua obra *A Cidade de Deus*. Ali ele argumentou que o estado e a igreja são "duas espadas" debaixo do governo de Deus, ambas servindo aos propósitos divinos, mas independentes entre si.

Séculos mais tarde, um outro posicionamento bem diferente foi sustentado por Tomás de Aquino. Ele cria que a autoridade temporal deveria estar sujeita à autoridade espiritual. A igreja haveria de guiar o estado. Todos os aspectos da cultura estariam dependentes da igreja. Durante muitos séculos a Igreja Católica Romana seguiu os princípios elaborados por Tomás de Aquino com respeito à política e à cultura. De acordo com a opinião de Tomás de Aquino, os cristãos deveriam trabalhar para colocar todas as instituições sociais, incluindo o governo, sob a jurisdição da igreja. Essa opinião atravessou toda a Idade Média2 e certamente perdurou até recentemente em círculos onde o pensamento católico romano predomina. De Aquino em diante houve o crescimento do escolasticismo, no qual a Igreja tomou todas as frentes nas suas mãos. Ao invés de implantar o reino de Deus no mundo, por causa da deturpação de muitas coisas na *ecclesia docens* ("igreja docente"), esta acabou manifestando a intenção de ser a senhora do mundo e, por vários séculos, foi exatamente o que ela foi.

No tempo da Reforma Protestante houve diferentes entendimentos com respeito ao envolvimento político e social da igreja. Com os anabatistas ocorreu um certo distanciamento das atividades políticas. Até o tempo presente, os herdeiros do pensamento anabatista têm incentivado os cristãos "a evitarem a vida política e cultural porque estas atividades estão corrompidas pelo pecado."3 Com Lutero, por outro lado, percebe-se claramente a importância da política e do envolvimento com os problemas sociais. J. M. Porter diz que "na esfera do pensamento político, ninguém pode encontrar qualquer obra ou ensaio sistemático de Lutero desconectado da crise política ou dos problemas do seu tempo."4 É verdade que ainda existe controvérsia com respeito à importância do pensamento político de Lutero. Há críticos que fazem duras acusações a Lutero em virtude do que aconteceu na Alemanha nos dias de Hitler. Segundo Porter,

"Lutero tem sido criticado por alguns como o precursor do surgimento do Nacionalismo Social e um advogado da 'religião do Estado.'"5 São diferentes as opiniões a respeito do pensamento político de Lutero. Niebuhr, bem mais moderadamente, pensa que, por causa da distinção que Lutero fez entre os dois reinos — a autoridade da igreja e a autoridade temporal — ele conduziu a um "apoio incompetente ao poder do estado" e a um temor maior de anarquia do que de tirania. 6 Allen admite que o pensamento religioso e o pensamento político de Lutero são inconsistentes.7 Seja como for, Lutero foi um homem que envolveu-se muito com os problemas sociais e políticos. Seu pensamento político é sempre articulado a partir de uma perspectiva quase inteiramente teológica. Lutero via o seu pensamento político como uma novidade no seu tempo. Escrevendo em sua obra Sobre a Guerra Contra os Turcos (1529), Lutero disse: "Ninguém havia ensinado, ninquém havia ouvido, e ninquém sabia nada a respeito do governo temporal desde que ele veio, ou quais foram seu ofício e obra, ou como ele deveria servir a Deus. "8 Combatendo o sistema político papal vigente na Idade Média, Lutero insurgiu-se contra a idéia de que o poder espiritual é superior ao temporal. Havia a distinção entre a hierarquia e o laicato. A primeira não podia ser disciplinada pela segunda. Portanto, o poder temporal não possuia força sobre o poder eclesial. No entanto, Lutero afirmava que os ímpios poderiam ser punidos pela autoridade temporal, inclusive os clérigos. Lutero procurou demolir os princípios medievais da monarquia e da hierarquia nas instituições eclesiásticas. Contudo, também é acusado por alguns de passividade diante da opressão do poder religioso e temporal, especialmente em sua obra Exortação à Paz (1525) em que trata da guerra dos camponeses.9 Lutero abomina a idéia de revolta contra as autoridades prepotentes. Não nos esquecamos, todavia, de que sua visão da política tem sempre uma conotação teológica antes que econômica ou social. Seu ponto de vista baseia-se primariamente no princípio da autoridade ensinada em Romanos 13. Lutero temia a rebelião e a anarquia porque significavam a quebra da lei da obediência que, por sua vez, causava os horrores da guerra, e isso era uma blasfêmia contra o nome de Deus. Por causa dessa revolta, os camponeses deveriam ser punidos. Segundo o entendimento de Lutero, a Escritura ensinava a não-resistência. Nunca a espada deveria ser usada.

Calvino teve uma perspectiva relativamente diferente com respeito à política e ao envolvimento social. Ele teve muitas de suas idéias calcadas nos ensinos de Agostinho, inclusive as relacionadas com o pensamento político. Deus era o Senhor e a Escritura a única regra de fé para uma nação. João Calvino foi o mais político dos reformadores, porque a sua visão de Reforma não era simplesmente a dos indivíduos, mas também da igreja e da sociedade.

Calvino é um dos teólogos cristãos que melhor estabeleceram o dever e o direito de resistência ao Estado. Em qualquer regime político, os cristãos devem opor-se com vigor às exigências do Estado cada vez que estas sejam contrárias à vontade de Deus. Esse direito de resistência, mui tipicamente calvinista, não está em contradição com o imperioso dever cristão de obediência às autoridades. Ao contrário, expressa o limite necessário desse dever. De fato, em todo o tempo e em qualquer circunstância, o cristão tem um só mestre, que é Jesus Cristo. A obediência parcial que se deve aos senhores humanos... é só uma obediência derivada, condicional e sempre subordinada à única autoridade absoluta: a de Jesus Cristo."10

Esse espírito da filosofia de Calvino atravessou o Canal da Mancha e entrou na Escócia através de John Knox, que foi um dos inspiradores do puritanismo na Inglaterra. Knox, ao

contrário de Lutero, não escudou-se na Escritura para ficar silencioso diante das injustiças da sua rainha. Ele desafiou-a publicamente com todo o vigor da sua fé calvinista. Ele cria que os governos eram uma instituição divina, mas também cria que havia um senso de justiça que tinha que ser implantado no seu país. E a justiça deveria começar com a rainha da Escócia. Por essa razão, na luta pela implantação dos princípios do reino de Deus, os discípulos de Knox, dentro do Parlamento, aprovavam a execução da soberana (a rainha) em nome do Soberano (Deus). O puritanismo, além de outras ênfases, tentou trazer para a Inglaterra um despertamento geral que envolvesse as autoridades do país. Os puritanos tentaram restaurar os padrões de culto e de política dos tempos bíblicos. Escorraçados por causa da sua fé e do seu pensamento político, alguns deles fugiram para a América do Norte, a partir de 1620.11 Aportaram ali e tentaram implantar uma sociedade nos moldes dos tempos do Antigo Testamento. Deus era o Senhor da terra e de todas as outras atividades. Procuraram basear a sua sociedade nos padrões de um regime teocrático. A lei de Deus era a lei do povo. Eles nunca entenderam que a vox populi era a vox Dei. Ao contrário, as leis morais do povo deveriam estar baseadas na Santa Escritura, sendo provindas de Deus. A voz de Deus é que deveria ser ouvida na Nova Inglaterra. O que não consequiram na terra de origem, estavam tentando implantar na terra que os adotava. Mas a sua tentativa não teve pleno êxito.

De qualquer forma, os reformados (os de origem puritana) têm tido uma atitude diferente, pelo menos em teoria, da dos anabatistas e dos luteranos. Os cristãos, segundo os calvinistas, devem estar engajados na vida política do país. Eles têm crido que

embora todas as pessoas sejam depravadas e que o pecado permeie todas as ações humanas, Deus é soberano sobre a atividade cultural humana. Deus está construindo um reino sobre a terra, e os cristãos devem responder obedientemente às normas de Deus, e servi-lo em todas as áreas da vida, incluindo a política.12

De acordo com os princípios éticos da fé reformada, o cristão deve lutar para reestruturar a sociedade onde vive, moldando-a de acordo com os padrões estabelecidos na Palavra de Deus.

# II. Uma Visão Teológica

É curioso como a posição teológica de um cristão, especialmente no seu aspecto escatológico, pode determinar, mais do que se imagina, o seu envolvimento político e social. Mesmo que não tenha havido um debate acirrado entre as várias posições escatológicas até o século XIX, pode se perceber que a escatologia sempre esteve presente na vida dos cristãos e os influenciou na maneira de se portarem como seres políticos e sociais. Se as pessoas não conseguem enxergar isso no passado, por nem sempre terem um bom conhecimento histórico, não é difícil verificar essa ênfase na igreja contemporânea.

O envolvimento político e social do cristão, pelo menos na igreja contemporânea, pode estar (e freqüentemente está) diretamente vinculado à sua *posição escatológica* e mais especificamente à sua idéia do reino de Deus. Norman Geisler acertadamente diz:

A diferença crucial dos pontos-de-vista acerca do envolvimento cristão na arena política está mais intimamente associada com a concepção de como alguém relaciona o presente Reino de Deus com o futuro Reino do que propriamente com a tradição eclesiástica. E a linha de demarcação mais

clara no relacionamento dos reinos presente e futuro está entre as posições pré-milenista e pós-milenista.13

As posições escatológicas mais envolvidas nessa questão de governo, lei e autoridade são o pré-milenismo e o pós-milenismo, segundo alguns autores cristãos. Entretanto, como veremos neste trabalho, o amilenismo tem uma posição extremamente equilibrada e uma visão destacadamente diferente das demais com relação ao reino de Deus. Na verdade, a idéia de reino, em todas as posições escatológicas, tem determinado o envolvimento social e político dos cristãos.

Há três posições básicas com respeito ao envolvimento dos cristãos na política: acomodação, separação e transformação. Os amilenistas e alguns círculos do prémilenismo histórico são mais tendentes à primeira posição. Em linhas gerais, eles são favoráveis ao pluralismo de idéias. Via de regra, embora não de modo absoluto, os prémilenistas (especialmente os dispensacionalistas) adotam a segunda posição. Os proponentes dessa teologia estão dispostos a sofrer algumas críticas da parte dos pluralistas políticos por absterem-se de participar da política do país. Os pós-milenistas em geral (especialmente os teonomistas) aceitam a terceira posição básica. Eles querem uma transformação da sociedade através da política, seguindo as regras divinas para o Estado, estabelecidas em linhas gerais na Escritura. Nesse sentido, eles são herdeiros um pouco mais próximos dos puritanos do que os próprios amilenistas. O seu pensamento chega ao ponto da reimplantação da teocracia (segundo alguns círculos pós-milenistas a que tanto combatem), como é o caso de alguns teonomistas mais exacerbados.

Analisemos as posições separadamente, seguindo a ordem inversa da análise acima:

# A. Os Pós-Milenistas e o Envolvimento Político-Social

Os pós-milenistas históricos sempre creram na *transformação* da sociedade. Para que isso venha a acontecer, os presentes sistemas políticos precisam ser substituídos. Os pós-milenistas aceitam conviver com o pluralismo político (porque não há outra alternativa) até que haja uma maioria de cristãos votantes aptos para mudar esta ordem vigente. Essa concepção é oriunda do conceito de que o reino milenar de Cristo será estabelecido antes da volta do Senhor.

Os pós-milenistas crêem que a igreja deve introduzir o reino milenar, mas que esse reino deve ser implantado neste mundo, que será, então, submisso à Palavra de Deus, o que resultará num longo período de paz, quando, então, Cristo voltará.

Contudo, esse otimismo dos pós-milenistas históricos (defendido por alguns teólogos reformados do século passado) caiu por terra depois das duas grandes guerras mundiais. Poucos expoentes evangélicos o sustentam hoje nos moldes em que foi sustentado no passado. Contudo, nas últimas décadas surgiu nos Estados Unidos uma nova corrente de pós-milenismo dentro de grupos reformados (com adeptos em outros grupos) que está colocando uma nova ênfase na necessidade do estabelecimento do reino de Deus aqui na terra sob a égide da Palavra de Deus, normalmente conhecidos como reconstrucionistas ou teonomistas. Eles estão revivendo o pós-milenismo, mas com conotações um pouco diferentes do pós-milenismo histórico. Por essa razão, eles são também chamados de neo-pós-milenistas.14

#### 1. O Pós-Milenismo e o Governo Civil

Os teonomistas-reconstrucionistas, que são americanos em sua grande maioria, crêem que os cristãos têm que estabelecer um governo cristão no mundo, a começar dos Estados Unidos, que, segundo eles, teve no passado essa característica. Eles querem resgatar o que foi perdido porque pensam que os Estados Unidos têm um papel importante na vida religiosa do mundo. Nesse sentido eles são chamados reconstrucionistas.

A questão básica dos teonomistas nesta área é ética. As grandes perguntas são: Que padrões são usados para se determinar o que é certo e o que é errado? Qual é o nosso padrão de comportamento? Como fazemos decisões éticas em nossas vidas pessoais? Como devemos tratar nossas esposas, nossos filhos, nossos vizinhos, nossos patrões e empregados? Como devemos proceder em nossos negócios? A resposta básica de todos os crentes a essas perguntas é: a Escritura.

Se as perguntas continuassem: Como deve portar-se a justiça civil? Muitos hesitariam em responder a esta pergunta, dizendo que a justiça civil deve ser basicamente orientada pela Escritura. Quase ninguém enfatiza a Escritura como sendo a regra para os padrões do governo civil. A razão para isso, segundo Gary DeMar, "não é porque cremos que a política seja a coisa mais importante, mas porque esta é a área onde muitos cristãos se tornam confusos e inconsistentes."15

Todos os teonomistas dizem estar retornando ao calvinismo de Calvino e ao das confissões reformadas no que diz respeito aos conceitos de sociedade, política e governo civil. A luta dos teonomistas é contra o *pluralismo* e o *secularismo* que estão regendo os conceitos de governo civil no mundo, inclusive dentro de círculos reformados. Eles querem trazer de volta a herança calvinista e reformada nessas matérias. Greg Bahnsen diz que

os padrões e a agenda política dos cristãos não são estabelecidos pelos grandes conhecimentos dos não-regenerados que desejam pôr de quarentena os valores religiosos (e, dessa forma, os ensinos de Jesus Cristo falando na Escritura), para que não haja tomada de decisões no processo da política pública.16

Os teonomistas são a favor da idéia de que os nossos padrões morais políticos devem ser retirados da Escritura, ao contrário dos preceitos dos que defendem o pluralismo. Gary DeMar pergunta:

Se não usamos a Bíblia como nosso padrão de justiça civil, o que, então, usaremos? Não podemos fazer nosso apelo final à razão, porque nossas mentes estão contaminadas pelos efeitos do pecado. Não podemos fazer o nosso apelo final à maioria, porque a maioria freqüentemente decreta leis que se perpetuam em interesse próprio. Nem podemos fazer nosso apelo final à elite, porque ela também está inclinada ao erro e ao pecado. Se queremos agradar a Deus em nossa ação política, precisamos ser obedientes à sua Palavra.17

Segundo os teonomistas, os conceitos básicos de política e governo civil estão afirmados claramente na Escritura. A Palavra de Deus é ainda relevante para que os cristãos sejam norteados quanto ao governo civil. Para provar seu ponto de vista, eles citam textos da Escritura como SI 119.160: "As tuas palavras são em tudo verdade desde o princípio, e cada um dos teus justos juízos dura para sempre" (ver também Is 40.8; 45.19; Jo 17.17;

Dt 4.2; Mt 5.18-19). Todos esses textos falam da perenidade e da atual validade da Palavra de Deus. Ela é ainda relevante para a sociedade contemporânea como um todo, e não somente para os cristãos individualmente nas coisas espirituais.

Ainda segundo os teonomistas, todas as coisas, inclusive o governo civil e a política, devem estar presas à lei de Cristo. Eles aplicam a isso o ensino de Paulo, dizendo que todo o pensamento dos homens deve ser trazido cativo à obediência de Cristo (2 Co 10.5), "em quem todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão ocultos" (Cl 2.3), e que os cristãos devem estar "prontos para punir toda desobediência" (2 Co 10.6). Com isso eles querem dizer que o mundo deve estar sob a lei de Deus em todos os aspectos. DeMar ainda questiona:

A menos que afirmemos uma esfera de neutralidade na qual Deus não é o Senhor e Rei, então a afirmação de Paulo [em 2 Tm 3.16-17] implica que a Bíblia é útil para o cristão em seu dever político e social, assim como ela é útil para a sua vida de devoção ao Senhor. As leis são úteis para os pais cristãos, para os empresários cristãos, para o ministro cristão e para o estadista cristão.18

A razão desse posicionamento é que não há para eles a dicotomia entre o que é *sagrado* e o que é *secular*. Um grande expoente da teonomia diz que "os santos devem prepararse para tomar os governos do mundo e seus tribunais."19

Democracia. Os teonomistas são, em geral, contra o princípio democrático, que eles consideram anti-cristão, pois leva as pessoas a escolherem livremente os seus governantes, e assim a vontade de Deus nunca é feita. Rushdoony diz que "o cristianismo sobrenatural é básica e radicalmente anti-democrático."20 O posicionamento teonomista sobre política chega ao ponto de negar a legitimidade do conceito de democracia. Rodney Clapp escreveu um artigo em *Christianity Today* intitulado "A Democracia como Heresia."21 Ao invés da democracia (o governo do povo), todos os teonomistas preferem a teocracia (o governo de Deus). Gary North faz a seguinte pergunta: "Como pode um calvinista, que afirma a soberania de Deus sobre todos os aspectos da história, negar a existência da teocracia?"22 Contudo, nem todos os teonomistas vão tão longe como Rushdoony.23

# 2. O Pós-Milenismo e a Implantação da Ética Civil

Os cristãos precisam entender, segundo os teonomistas, que o mundo deve estar sob um código ético baseado nas leis de Deus. Existe uma continuidade entre o Antigo e o Novo Testamentos em termos de moralidade, porque Cristo confirmou todos os "iotas" e os "tils" da lei. Isso significa que o estado deve basear seu código ético na Bíblia. Segundo os pós-milenistas, "a doutrina do estado apresentada por Paulo em Romanos 13 é uma reafirmação da concepção do Antigo Testamento acerca do magistrado civil."24 Como conseqüência, eles crêem que a pena capital para crimes capitais, como o homossexualismo, por exemplo, é algo necessário.

Greg Bahnsen crê que o pluralismo "não é fiel à Escritura, e nem mesmo logicamente convincente"25 em termos éticos. Segundo o pensamento teonomista, a Escritura exige que todos os reis e juízes da terra "sirvam a Iavé" especificamente (SI 2.10-11). Por essa razão, os reis da terra devem servir-se da Palavra de Deus para a aplicação das penalidades aos faltosos. Bahnsen diz que o pluralismo26

não é somente moralmente errado, mas é logicamente impossível. Quando uma filosofia religiosa *exige* a pena de morte para um assassino, e outra filosofia religiosa *proíbe* a pena de morte para o assassino, o Estado não pode concebivelmente dar "proteção igual" a ambos os pontos de vista; se executa o assassino ou não, o Estado terá violado uma das convicções religiosas em competição, nunca honrando ambas igualmente.27

De acordo com o pensamento dos teonomistas, a ética civil que deve ser implantada pelos governos deve ter como base a revelação especial de Deus, ou seja, a Bíblia. É impossível, portanto, que um cristão seja um "pluralista" em termos religiosos. Jesus disse: "Quem não é por mim, é contra mim" (Mt 12.30). Não há meio termo, não há outra lei ético-civil. Ou se está do lado de Deus ou contra ele. Bahnsen diz que, como fiéis discípulos do Senhor, "devemos exortar o estado a basear suas ações e políticas sobre a *única* perspectiva moral sadia, a única revelada por Cristo, que é contra o pluralismo — e não em misturas de atitudes e concepções religiosas."28

# 3. O Pós-Milenismo e o Monismo (Não-Pluralismo) Religioso

Greg Bahnsen, um dos formuladores da teonomia, em seu livro *Theonomy in Christian Ethics*, defende a idéia de que as leis de Deus devem ser a base para a formulação das leis civis. Isso é uma oposição clara ao conceito vigente do pluralismo religioso. Os reconstrucionistas são inveteradamente contra o pensamento do pluralismo que "tem vindo a significar que tudo é aceitável. O novo conceito de pluralismo de repente está em toda parte. Não há nada certo ou errado; é apenas uma questão de preferência pessoal."30

Os pós-milenistas teonomistas sentem-se altamente desconfortáveis com a multiplicidade de religiões e éticas no mundo. Segundo eles, deveria haver somente uma religião no mundo, a cristã, e todo o mundo deveria estar debaixo dos preceitos estabelecidos na Bíblia. Essa é a meta final dos pós-milenistas que querem implantar o reino de Deus aqui na terra, onde todos estejam debaixo do seu domínio absoluto. Eles condescendem com a idéia de haver pessoas não cristãs vivendo ao lado dos cristãos, mas todos submissos à lei prescrita na Palavra de Deus. Essa posição leva a uma intolerância religiosa que pode ser perigosa para os cristãos, quando aplicada num lugar onde eles são uma pequena minoria.

Segundo os teonomistas, os Dez Mandamentos devem ser o código de lei civil para todas as pessoas do mundo. Contudo, essa idéia é impossível de ser implantada se a liberdade da pluralidade religiosa é permitida. O primeiro mandamento diz: "Não terás outros deuses diante de mim." Isso implica em uma única religião e na proibição de outros deuses e religiões não cristãs. Os pós-milenistas insistem em que os cristãos devem lutar contra o pluralismo religioso incentivado pelos pré-milenistas. Nada de pluralismo religioso! Esta é uma das grandes diferenças entre pós-milenismo e pré-milenismo em matéria de governo civil.

# B. O Perigo do Neo-Pós-Milenismo

O otimismo vigente entre os teonomistas, também chamados de neo-pós-milenistas, pode redundar em fracasso, como aconteceu com os pós-milenistas históricos depois das duas grandes guerras mundiais. O otimismo do século passado "proporcionou um clima no qual o evangelho social cresceu" dentro do liberalismo teológico.31 Smith observa que "os cristãos evangélicos proporcionaram um exemplo, inspiração e princípios do

Evangelho Social...logo depois de 1870".32

Nas mãos de pessoas erradas, esse otimismo escatológico mal orientado pode ser um grande mal, mesmo hoje, podendo dar lugar a movimentos anti-cristãos que procuram desacreditar a seriedade da teologia e da ética dos reformados. A pregação de uma época futura aqui na terra quando todos se curvarão perante a lei de Deus pode levar à falta de uma pregação séria de arrependimento no seio da igreja cristã, mesmo sabendo que os teonomistas não pensam assim. Há muitos que usam de preceitos mal conduzidos para dar vazão à sua ética descomprometida com a Escritura. Historicamente, podemos ver os desapontamentos que um otimismo falso pode trazer. Gary North, um teonomista, reconhece que

de fato, o otimismo sozinho é altamente perigoso. Os comunistas têm uma doutrina de vitória inevitável; assim fazem os muçulmanos radicais. Assim fez um grupo de comunistas revolucionários assassinos e polígamos, os anabatistas que capturaram a cidade alemã de Münster de 1525 a 1535, antes de serem militarmente derrotados por forças cristãs. O otimismo nas mãos erradas é uma arma perigosa.33

As falsas esperanças não podem fazer parte da escatologia de um cristianismo que interpreta as Escrituras em sua totalidade. As Escrituras mostram a vitória de Cristo sobre as forças do mal, a evangelização de todas as nações antes do fim, mas nunca um sucesso do cristianismo ao ponto de todas as nações se curvarem obedientemente às leis de Deus.

#### C. Os Pré-Milenistas e o Envolvimento Político-Social

Em geral, os pré-milenistas crêem numa espécie de *separação* dos cristãos do envolvimento político na sociedade. Não há porque lutar politicamente pelo mundo, pois este, afinal de contas, vai terminar num caos. A tônica é a evangelização do mundo. O cristão não tem nada que mudar o mundo na esfera política e social, pois o final da história é visto de maneira extremamente pessimista. Por causa dessa posição, Gary North chama os pré-milenistas de "pessimilenistas."34 Essa visão é devida ao conceito escatológico que eles possuem sobre o reino de Deus. Esse pessimismo é violentamente criticado pelos neo-pós-milenistas que chamam especialmente os dispensacionalistas de "derrotistas sentados numa rodinha esperando pelo arrebatamento."35

Os pré-milenistas, em geral, sustentam uma descontinuidade entre o reino presente e o reino futuro que Cristo vai inaugurar. Portanto, dentro da concepção pré-milenista não há muita identidade entre o presente reino de Deus e a política civil.

Esse reino milenar (conforme o pré-milenismo histórico), que será implantado sobrenaturalmente com a descida de Cristo à terra, não tem qualquer conexão com o aspecto presente do reino onde Cristo reina somente nos corações dos crentes.

# 1. O Pré-Milenismo e o Envolvimento Social

Conforme reconhece Geisler, alguns pré-milenistas têm ido a um extremo nas questões políticas e sociais.36 Vários ramos do pré-milenismo ainda seguem algum tipo de idéia nascida com os radicais da Reforma, os anabatistas, que negavam qualquer participação

nos problemas da sociedade. O cristão tem que se importar com a salvação do pecador.

A ênfase dada por alguns evangelistas pré-milenistas de renome é na "salvação de almas". Essa deve ser a preocupação maior da igreja neste mundo. E essa idéia têm conquistado um lugar nos corações da maioria dos cristãos que possuem formação prémilenista.37 Essa tendência também é encontrada em muitas igrejas reformadas nas quais o conceito de reino não foi corretamente ensinado. Aliás, a ênfase sobre o aspecto presente do reino de Cristo não é muito familiar a muitos da família reformada. O assunto do reino é uma matéria do futuro para eles, não do presente. O pré-milenista Thomas Ice diz que os "cristãos não estão no reino durante esta época. Sua missão primária é a evangelização, enquanto esperam pela vinda de Cristo ... Eles são motivados pelo evento futuro – o desejo de serem encontrados fiéis quando o dono da casa retornar. O futuro motiva a mordomia do presente."38 Porque eles sabem que Cristo voltará vitorioso e porque o fim é somente de caráter pessimista, eles preferem ficar apáticos ao que acontece política e socialmente no mundo. Olham somente para o futuro glorioso. Não há boas perspectivas para o aqui e o agora! Por isso, freqüentemente se alienam dos problemas políticos e sociais do seu tempo.

#### 2. O Pré-Milenismo e o Governo Civil

O pré-milenismo não tem dado ênfase ao governo civil porque, na sua teologia, a implantação do reino milenar de Cristo não vem através de um processo político do qual o reino milenar é uma continuação. Portanto, existe dentro do pré-milenismo um conceito bastante pessimista quanto ao problema da política do mundo. Segundo North, os pré-milenistas "negam a possibilidade de uma santificação progressiva do Estado,"39 porque as leis do Estado não são as leis de Deus. A negação do desenvolvimento do Estado leva a um pessimismo escatológico. Os malfeitores do mundo continuarão cada vez piores, conquistando todos os instrumentos de poder. Os pré-milenistas reconhecem que não há nada que a igreja possa fazer. É só esperar que o fim pessimista se manifeste totalmente, até que Jesus ponha um fim à maldade. Por essa razão, no conceito pré-milenista existe uma total descontinuidade entre o "já" e o "ainda não" do reino. Os pré-milenistas insistem que o reino milenar é uma obra sobrenatural que será inaugurada com o advento de Cristo à terra. O único dever dos cristãos é ser luz e sal, fazendo o bem a todos os homens, mas isso não tem nada a ver com a implantação de uma teonomia, isto é, de uma sociedade regida pela lei de Deus.

Segundo os pré-milenistas não haverá teocracia até que Cristo volte à terra. Portanto, é inútil todo esforço dos pós-milenistas que lutam para implantar esse reino aqui e agora. Esse reino que os pós-milenistas tentam trazer é um reino humanista em suas raízes, porque é implantado por homens, não pelo evento sobrenatural da *vinda* de Cristo. Segundo a opinião pré-milenista, os pós-milenistas se esquecem da depravação humana, e tentam promover o reino milenar através de recursos humanos, sem a intervenção sobrenatural, cataclísmica e divina de Cristo. Segundo Geisler, essa idéia "alivia os pré-milenistas de qualquer dever de cristianizar o mundo."40

O governo civil, continuam os pré-milenistas, é ordenado por Deus para todos os homens, não somente para os cristãos. A lei civil não tem base num *mandato cristão* de evangelizar todas as nações, mas num *mandato cultural* estabelecido na criação (Gn 1.28).

Democracia. Os pré-milenistas são totalmente favoráveis a um regime democrático que lhes permita a proclamação do Evangelho. Ao contrário dos pós-milenistas, que desejam

cristianizar as nações, os pré-milenistas desejam pregar o evangelho a todas as criaturas, e para isso precisam de governos democráticos que lhes permitam entrar em todos os recantos do mundo. Os pré-milenistas, diversamente dos teonomistas, lutam por um governo civil justo, não necessariamente cristão.

# 3. O Pré-Milenismo e a Ética Civil

Conforme os pré-milenistas, eles não têm qualquer obrigação de fazer com que haja governos civis cristãos com leis cristãs. Os pré-milenistas têm de verificar e evitar que as leis não sejam anti-cristãs. Os não-cristãos, segundo eles, não podem viver debaixo de leis que foram dadas somente para os cristãos. As leis civis devem ser justas, mas não cristãs. Portanto, a ética das pessoas deve refletir a ética sustentada pela revelação natural, não a da revelação especial.

Os homens em geral não devem viver debaixo da ética do Antigo Testamento, o que não significa um antinomianismo, segundo Geisler.41 Deus deixou uma lei para os homens em geral seguirem. Essa lei está gravada nos corações e nas consciências dos homens, conforme Romanos 2.14-15. E o governo civil tem suas leis baseadas nessas leis da natureza.

A lei civil nunca deve ser baseada na lei moral, mas na lei natural. Isto posto, significa que o homem não tem qualquer obrigação religiosa diante de Deus. Segundo IsaacWatts, "todos os homens, sejam governadores ou governados, devem ter plena liberdade de adorar a Deus do modo especial que suas próprias consciências crêem ser ordenação divina."42 Mas essa "ordenação" está relacionada com a revelação natural, com a luz natural da consciência, ou a luz da razão, que é a vela de Deus dentro de nós, sem qualquer vínculo com a revelação especial.

A revelação natural, portanto, oferece base moral para o governo civil. Segundo Geisler, "para Watts a lei moral natural inclui coisas como honestidade, justiça, verdade, gratidão, bondade, honra, e fidelidade aos superiores. As leis da natureza também prescrevem deveres pessoais tais como sobriedade, temperança, frugalidade e diligência."43 O homem não precisa conhecer a lei da revelação especial para conhecer e proceder dessa forma. Estas coisas estão impressas na alma humana e fazem parte da constituição natural do homem.

Watts, o precursor do pré-milenismo dispensacionalista,44 diz: "O governo civil é uma ordenação divina e designada por Deus segundo a luz da razão. Assim, em si mesmo, o governo é algo necessário neste mundo, e uma instituição moral natural de Deus entre as pessoas de toda sorte de religiões, sejam elas pagãs, turcas ou cristãs, para preservá-las em perfeita paz."45 Dessa forma, Watts evitou o perigo do antinomianismo e do teonomismo. Não é missão do governo estabelecer ou alterar qualquer idéia religiosa em vigor no mundo, assim como não é função das religiões alterar ou impor qualquer coisa sobre o governo civil. Daí, cresceu entre os pré-milenistas o conceito de pluralismo religioso.

#### 4. O Pré-Milenismo e o Pluralismo Religioso

O cristianismo deve lutar para que haja bons governos, a fim de que a liberdade possa existir e os vários cultos possam ser livremente manifestos. O esforço dos cristãos não deve ser concentrado no fato de que o cristianismo deva evidenciar uma religião superior, mas o cristianismo deve lutar para que haja igualdade diante da lei para todas as

religiões. Nesse sentido, a posição pré-milenista é compatível com a idéia de pluralismo religioso. A implantação do reino de Cristo, quando todos estarão submissos a ele, deve esperar até que ele venha. Até lá, é necessária a tolerância religiosa.

Se a lei civil de um país prescreve os Dez Mandamentos para as pessoas, como insiste o teonomismo, então, não há chance para os budistas, xintoístas, espíritas, muçulmanos, entre outros, expressarem sua fé. O trigo e o joio devem crescer juntos até a colheita. Até lá, o pluralismo religioso é uma necessidade indiscutível.

Da perspectiva pré-milenista, visto que o governo civil não é baseado na revelação especial de Deus, mas na revelação natural, até a idolatria deve ser permitida, porque o estado não tem nada a ver com as leis de Deus.46 Mas se a Bíblia serve como código de lei civil para todos os povos, não pode haver liberdade religiosa. Desse ponto os prémilenistas não abrem mão.

Geisler resume toda a posição pré-milenista nestas afirmações:

Combinando estes dois aspectos da não-teocracia (ou não-teonomismo) e da lei natural, o dispensacionalismo pré-milenista faz uma contribuição singular para o relacionamento dos cristãos com o governo civil. Isso evita por um lado, a necessidade de estabelecer um reino e, por outro lado, evita um fundamento antinomiano para o governo civil. Por negar a base teológica pós-milenista para o governo civil, a posição pré-milenista evita destruir a liberdade religiosa, e por basear o governo civil na lei moral geral de Deus, ela evita destruir qualquer base moral para a sociedade.47

#### D. Os Amilenistas e o Envolvimento Político-Social

O amilenismo possui uma posição de *acomodação* com respeito ao envolvimento político e social. O milênio não é algo que se passa aqui neste mundo. Portanto, não vai ao extremo do pós-milenismo, que quer reformar o sistema político deste mundo. Os amilenistas simplesmente se adaptam ao sistema político, seja qual for, embora não pactuem com as suas impiedades. Em geral, possuem a tendência de tolerar o pluralismo de pensamento político. Sua posição política reflete o seu pensamento escatológico. O aspecto presente do reino é mais de natureza espiritual, embora se preocupem com as questões sociais e políticas. Contudo, o aspecto presente desse reino não tem exatamente a mesma natureza do seu aspecto futuro.

Os amilenistas crêem no aspecto presente do reino de Cristo sobre a igreja em geral, mas que também envolve todas as esferas do universo onde Cristo reina e executa os seus planos. Por essa razão, eles enfatizam a necessidade de bons lares, de escolas e do envolvimento social e político do cristão na implantação e desenvolvimento do reino de Deus. Para o amilenismo existem alguns elementos de continuidade entre o presente aspecto do reino e o seu aspecto futuro.

# 1. O Amilenismo e o Governo Civil

A matéria sobre o governo civil está quase toda exposta na seção sobre "O Amilenismo e o Pluralismo Religioso," encontrado adiante.

Democracia. Em geral os amilenistas convivem muito bem com a democracia, pois crêem

que ela permite uma pregação do evangelho sem que haja quaisquer problemas maiores, embora creiam na depravação dos governos humanos. Como veremos abaixo, os amilenistas também convivem com a idéia de que todas as crenças devem ter a sua livre expressão, mesmo que discordem delas veementemente. Somente um governo democrático permite a livre expressão das religiões. Contudo, o amilenista sério, que sustenta a fé reformada, rejeita o pluralismo soteriológico pregado por alguns evangélicos pluralistas.

# 2. O Amilenismo e a Ética Civil

Conforme o pensamento amilenista, a ética civil está indubitavelmente relacionada com a lei natural dada aos homens quando da criação. Ao mesmo tempo, amilenistas que sustentam a fé reformada entendem que o pecado causou um grande dano à natureza espiritual do ser humano. Este, portanto, não mais consegue ser justo, bondoso e respeitador, porque inclusive essas capacidades foram altamente prejudicadas com a Queda. Ele já não consegue refletir a imagem de Deus como no princípio da criação. Por causa da Queda, a justiça original se perdeu, e a consciência tem agora que ser orientada pela lei bíblica. Se as leis civis devem ser elaboradas somente à luz dos recursos da revelação natural, não resta muita esperança para a humanidade, porque o homem não somente não consegue fazer leis que expressem a justiça como também tem sérios problemas para entendê-las e obedecê-las.

Os amilenistas reformados devem estar comprometidos com a transformação da sociedade através de leis mais santas e justas, pregando o evangelho redentor que capacite os homens a obedecer essas leis. Não se trata de "utopia", um sonho irrealizável da "era dourada" proclamada por muitos pós-milenistas. Jamais conseguiremos uma sociedade perfeita enquanto o mundo estiver sem a consumação da redenção. Mas isto não elimina o fato de que devemos lutar por uma sociedade melhor. A igreja de Jesus Cristo é a principal agência do reino de Deus e, fazendo assim, promoverá o reino que está sob a administração do Filho de Deus.

A ética social não pode estar baseada únicamente na revelação existente na natureza implantada na criação do homem. A Queda trouxe danos enormes, e a revelação da Escritura deve corrigir o que está errado na ética civil. Muitas leis são injustas porque refletem a consciência do homem (que deveria expressar boas leis), que está corrompida. As leis mais justas para a sociedade em geral são encontradas nos lugares em que o cristianismo exerce a sua ética baseada nos ensinos da Palavra de Deus. Portanto, é função da fé reformada não simplesmente salgar o mundo, mas colocar sobre os homens leis que expressem a vontade de Deus revelada na Escritura. Não estamos falando de teonomia, mas de uma sociedade que possua leis mais conformes à justiça, equidade e retidão prescritas por Deus. A consciência dos legisladores tem que sofrer a preciosa influência da Palavra de Deus para que as pessoas estejam debaixo de leis que reflitam melhor aquilo que originariamente foi impresso na alma humana através das leis da natureza. Por causa da Queda a consciência tem que ser guiada especialmente pelas leis da Escritura.

A ética político-social dos cristãos tem que obedecer alguns padrões:

#### a. A ética político-social dos cristãos não pode ser autônoma

Eles não podem pensar no Estado como uma ordem independente de Deus, na qual possam legislar sem a aquiescência e a plena aprovação da Palavra de Deus. Se os

cristãos se envolvem no sistema político estabelecido, eles têm que mudar as leis injustas pelas regras da Palavra de Deus. Do contrário, tudo ficará no mesmo *status quo*. Todos os homens são igualmente atingidos pelo pecado de forma que não conseguem formular leis como puderam originalmente. Por essa razão, a participação dos cristãos deve mostrar um padrão ético superior, embora não se deva confundir essas idéias com teonomia, ou seja, o restabelecimento de um estado teocrático. Há que se promover uma ética dependente da revelação especial de Deus, portanto, não autônoma.

# b. A ética político-social dos cristãos tem que ser heterônoma

Isto é, os cristãos devem entender que as leis do Estado valem para todos os cristãos, mas que essas leis não são obrigatórias para os cristãos quando elas ferem sensivelmente os padrões de Deus. As leis não devem ser obedecidas pelos cristãos quando elas contrariam frontalmente o ensino da Palavra de Deus. É nesse sentido que João Knox teve, e todos os calvinistas têm hoje, o direito de se insurgir contra as leis injustas, protestando contra o *status quo*.

# c. A ética político-social dos cristãos deve ser teonômica

Isto não é o mesmo que criar um sociedade em todos os sentidos obrigada a obedecer a todos os preceitos que foram criados para uma sociedade específica do passado, como é o caso de Israel. Contudo, a atitude política das pessoas e a legislação de um país devem, tanto quanto possível, refletir a *nomos* (Lei) de Deus, como afirmada em sua Palavra.

Não é difícil encontrar no mundo muita sabedoria humana a respeito da ordem política que reflita uma ética de autonomia e de heteronomia, mas a ética político-social dos cristãos deve procurar entender as dimensões políticas à luz dos propósitos de Deus para as nações. Como entender essas coisas sem ter um conhecimento aplicado das leis de Deus estatuídas na sua Palavra?

A noção de reino de Deus na teologia reformada implica nessa atitude política. É função dos agentes do reino proclamar não somente o Evangelho do reino, mas fazer com que o mundo compreenda as regras do reino. O reino de Cristo não é algo que acontecerá somente no futuro. Ele está presente aqui e agora através do cumprimento dos propósitos decretivos de Cristo e da obra dos seus súditos, agindo no território do reino, que é o mundo. Satanás está por detrás das leis injustas implantadas pelos homens. A função dos súditos do Rei Jesus é alterar ou, no mínimo, melhorar as leis já estabelecidas. E como melhorá-las a não ser pela luz da Palavra de Deus?

# 3. O Amilenismo e o Pluralismo Religioso48

Seria ideal que todos os governos civis tivessem suas leis baseadas na Escritura Sagrada para o bem-estar dos povos, mas essa não é a experiência que temos hoje.

Diante desse dilema, pergunta-se: O pluralismo religioso é bíblico? É justo que haja a permissão de outras religiões, ou que outras leis que não as de Deus controlem as nossas vidas? É justo que nós, cristãos, vivamos lado a lado com espíritas, budistas, maometanos, e que sejamos governados por leis que não têm nada a ver com a código de leis de Deus?

William Barker, um professor do Seminário Westminster que representa um ponto de

vista amilenista, tendo o apoio do teonomista-pós-milenista Greg Bahnsen,49 afirma de várias maneiras que o Estado não tem o dever de impor a verdadeira religião: "Na situação do Novo Testamento, debaixo de um regime gentílico, Jesus não esperava que a autoridade civil desse suporte à verdadeira religião."50 Também não é dever do Estado, do poder civil ou de César, "exterminar a religião falsa" ou "fazer cumprir a religião verdadeira."51 Segundo Barker, "a responsabilidade da autoridade civil não é impor a verdadeira fé, mas manter a liberdade."52 É dever do Estado, portanto, "proteger a liberdade de consciência e crença dos não-cristãos debaixo de um governo cristão"53 e, de modo inverso, proteger a liberdade dos cristãos na expressão de sua fé num país onde a maioria não professa o cristianismo.54 Dentro da esfera do Novo Testamento "não será apropriado para a autoridade civil dar suporte à religião verdadeira, como foi no tempo da teocracia do Antigo Testamento,"55 mas proteger a livre expressão da fé de quem quer que seja.

Barker é favorável à distinção das duas tábuas da lei que prescrevem mandamentos com relação aos homens (Estado) e a Deus. Essa distinção parece ser bastante importante e define sua defesa de um pluralismo religioso dentro da imparcialidade religiosa do Estado. Este deve estar preocupado com as relações humanas, enquanto que a igreja deve estar diretamente ocupada com o relacionamento com Deus. "Deus ordenou que a autoridade civil funcionasse na área do segundo grande mandamento, isto é, o das relações humanas,"56 mas a autoridade civil não tem nada que dizer sobre a nossa relação com Deus. Cabe a ela apenas dar ao religioso o apoio de que ele precisa para expressar a sua fé.

Quando Jesus foi questionado a respeito de pagar tributo a César ou não, sua resposta foi: "Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus". A intenção da resposta de Jesus foi dupla: com relação à autoridade civil e à divina. Barker diz que

a intenção de Jesus para a autoridade civil é aplicar a lei de Deus na área das relações humanas para as quais Deus a ordenou. Na área de nosso relacionamento com Deus, não somente é ilegítimo para o estado impor a sua falsa religião sobre nós ("Dar a Deus as coisas que são de Deus"), como também não é função própria do estado fazer cumprir a religião ("Tragam-me um denário para que eu o veja") — mesmo que seja a verdadeira fé e o verdadeiro culto.57

Concluindo, podemos dizer que Barker, como um amilenista, aceita a possibilidade de um pluralismo religioso pela devida distinção dos deveres do Estado com relação ao segundo grande mandamento. Quanto ao primeiro e grande mandamento, o Estado nada tem a dizer, apenas dar apoio ao crente para expressar a sua fé. "O que nós pedimos do governo civil é que ele não se oponha a Cristo, mas sirva ao Senhor por seguir sua lei na área das relações humanas, e permita ao seu povo a liberdade de pregar o Evangelho."58 Esse é o pluralismo bíblico segundo o amilenista William Barker.

# **Algumas Conclusões**

Analisadas essas três posições escatológicas com respeito ao reino de Deus, há algumas observações que podem ser úteis para a igreja cristã contemporânea em sua atitude de envolvimento político e social, especialmente no Brasil.

# A. Há alguns impedimentos ao envolvimento político sadio dos cristãos

# brasileiros em geral

Dentro do contexto do nosso país, há duas fraquezas no envolvimento dos cristãos brasileiros, nos mais variados postos políticos, sejam quais forem as posições escatológicas esposadas:

- 1. Eles representam diversas correntes políticas, com os programas políticos mais contrastantes possíveis. Eles defendem desde um capitalismo forte até um socialismo de esquerda, e muitas outras posições medianas entre esses extremos. Eles não conseguem se encaixar no mesmo esquema político. A política, portanto, não os une.
- 2. A grande maioria dos envolvidos politicamente no Brasil não possui uma cosmovisão bíblica consistente, que seja capaz de guiá-los nas decisões políticas que enfrentam. As suas decisões são mais partidárias, e até pessoais, do que embasadas devidamente numa sadia cosmovisão bíblica. São guiados mais por preferências e filosofias religiosas sectaristas do que por um senso de que são agentes para a expansão da ética e dos valores do reino de Deus.

Essa fraqueza dos evangélicos engajados na política tem dificultado o entendimento da importância do envolvimento político e social dos cristãos em geral. Estes geralmente confundem política com sujeira e corrupção. Vários políticos da bancada evangélica não têm contribuído para a diminuição desse estigma.

# B. Há a necessidade de um entendimento verdadeiro da tarefa política e social dos cristãos

Espera-se que os ministros, os estudantes de teologia e os cristãos instruídos aprendam da Escritura sobre a importância do envolvimento político e social, para que sejam todos "sal da terra e luz no mundo," e para levedar a massa apodrecida de uma sociedade destituída dos verdadeiros valores éticos e morais, porque lhe têm faltado os genuínos valores espirituais. Segundo Paulo, essa sociedade é pervertida e corrupta. Justamente por isso temos que ser luzeiros no mundo (Fp 2.15). Uma das maneiras mais eficazes de ser luz é exatamente o envolvimento que se evidencia na participação social e política no meio de nossa comunidade. Para isso, temos que, após as atividades de igreja adoradora, tentar levedar essa massa corrompida com o fermento da retidão.

Não podemos esquecer a influência exercida na formação de alguns países por uma sadia teologia e ética reformada. Por séculos, a Suíça (especialmente a Genebra de Calvino) e outros países de formação evangélica receberam uma influência benéfica dos cristãos em seu envolvimento social e político. Esses países recentemente têm perdido essa influência porque as igrejas, outrora fortes, abandonaram a verdadeira fé reformada. Com esse abandono, só resta um leve sabor da influência antiga dessa fé, que ainda pode ser percebido.

Contudo, mesmo havendo diferenças quanto à política dentro dos círculos reformados, há algumas coisas que são compartilhadas por todos os que professam o calvinismo:

# C. Há duas convicções que todos os reformados possuem em comum em relação ao envolvimento político e social

1. Eles possuem a convicção de que a Escritura é a Palavra normativa de Deus. Os

cristãos crêem que a Escritura tem normas para todas as áreas gerais e básicas da vida, incluindo política e governo.

Embora a Escritura não tenha nenhuma preferência por partidos ou opiniões políticas que conhecemos, ela dá princípios gerais que norteiam a vida das nações e dos indivíduos. Ela tem uma palavra para os que estão em autoridade e para os que estão sob autoridade. Isso significa que o assunto política e governo não é uma coisa criada por homens, mas algo que nasceu na mente divina. Ter uma atividade e pensamento político, portanto, é refletir, em alguma medida, a mente de Deus, se o que seguimos está direta ou indiretamente ensinado na Escritura.

2. Eles crêem que possuem um mandato cultural no mundo. Os cristãos não são chamados simplesmente para anunciar a salvação dos pecadores, mas também para tornar melhor a vida dos homens com os quais vivem. Eles são chamados para subjugar a terra e governá-la em nome de Deus, com a verdade de Deus, tendo domínio sobre todas as esferas da vida. Os cristãos são chamados para se envolver diretamente com o mundo, para tentar impor as regras e os padrões de Deus. O reino de Deus diz respeito a todas as atividades de uma nação, não simplesmente à instituição chamada igreja. A ação do cristão está vinculada à família, casamento, educação, trabalho, diversão, lazer, literatura, etc. O reino de Deus abarca todas essas coisas. Cristo Jesus morreu na cruz não somente para salvar pecadores, mas o alvo final de sua obra é restaurar todas as coisas, e pôr tudo em harmonia com os padrões de Deus. Tudo tem que estar diretamente relacionado e harmonizado com o Senhor de todas as coisas! Tudo tem que estar cativo a Jesus! Essa é a redenção completa do cosmos. Sabemos que isto só se dará completamente quando da consumação da redenção, mas é algo que já podemos começar a implantar, pois esse é o nosso dever enquanto vivemos nas presentes condições.

#### **English Abstract**

In this article, Campos highlights the influence of eschatological thought upon people's opinions concerning politics and social involvement in evangelical circles. His analysis includes the views of the main eschatological currents in modern Protestantism (premillennialism, postmillennialism and amillennialism) regarding social involvement, civil government (democracy), civil ethics, and religious pluralism. The author's a priori conclusion is that among amillennialists and some sectors of historical premillennialism the main stance is one of accomodation to the social and political status quo. The premillennialist majority (especially dispensationalists) hold the position of separation from the surrounding culture. Conversely, postmillennialists take a stance of transformation of the status quo. After an analysis of each theological current concerning these topics, the article ends with some practical applications for the life of the contemporary church.

<sup>\*</sup> O autor é diretor e professor do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, e também professor de Teologia Sistemática no Seminário Presbiteriano José

- Manoel da Conceição, em São Paulo. Obteve o seu doutorado na área de Teologia Sistemática no Concordia Theological Seminary, em Saint Louis, Missouri, EUA. Presentemente é pastor auxiliar da Igreja Presbiteriana Ebenézer, em São Paulo.
- 1 Gary Scott Smith, *God and Politics* (Nova Jersey: Presbyterian and Reformed, 1989), 1. Minha tradução.
- 2 *Ibid.*, 2.
- 3 *Ibid.*, 1. Minha tradução.
- 4 J.M. Porter, ed., *Luther: Selected Political Writings* (Filadélfia: Fortress Press, 1974), 1. Minha tradução.
- 5 Ibid.
- 6 Reinhold Niebuhr, *Christian Realism and Political Problems* (Nova York: Scribner's, 1953), 127.
- 7 J. W. Allen, A History of Political Thought in the Sixteenth Century (Londres: Methuen, 1928), 16.
- 8 Martin Luther, "On War Against the Turk," em Porter, *Luther: Selected Political Writings*, 122.
- 9 Conquanto Lutero fosse simpático aos sofrimentos dos camponeses, ele entendia que a revolta deles era incompatível com a doutrina cristã. Os camponeses eram culpados, na mente de Lutero, especialmente porque identificavam a sua causa com o evangelho e com Cristo. Em outras palavras, os dois reinos, o do poder espiritual e o do temporal, foram unidos pelos camponeses. E essas duas coisas não poderiam ser ligadas. Na visão de Lutero, o reino de Deus é espiritual e não é dependente da estrutura do sistema político.
- 10 Andre Biéler, *El Humanismo Social de Calvino* (Buenos Aires: Editorial Escaton,1973), 25-26. Minha tradução.
- 11 G. S. Smith diz que desde que os puritanos aportaram na terra que veio a ser chamada de Nova Inglaterra, até o tempo da revolução americana, cerca de 80% dos protestantes dessa região eram adeptos da teologia reformada, de mentalidade puritana (*God and Politics*, 4).
- 12 Smith, God and Politics, 2. Minha tradução.
- 13 Norman L. Geisler, "A Premillennial View of Law and Government," em *The Best in Theology*, ed. J. I. Packer, vol. 1 (Carol Stream, Illinois), 253. Minha tradução.
- 14 Ver o artigo de Thomas D. Ice, "An Evaluation of Theonomic Neopostmillennialism," *Bibliotheca Sacra* (Julho-Setembro 1988), 288.
- 15 Gary DeMar, Debate Over Christian Reconstruction (Texas: Dominion Press, 1988),

- 19. Minha tradução.
- 16 Greg Bahnsen, "The Theonomic Position," em *God and Politics*, ed. Gary Scott Smith (Nova Jersey: Presbyterian and Reformed, 1989), 22. Minha tradução.
- 17 DeMar, Debate, 19. Minha tradução.
- 18 DeMar, Debate, 20. Minha tradução.
- 19 Rousas J. Rushdoony, "Government and the Christian," *The Rutherford Institute* (Julho-Agosto 1984), 7.
- 20 Rousas J. Rushdoony, *The Messianic Character of American Education* (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1963), 157.
- 21 Rodney Clapp, "Democracy as Heresy," Christianity Today (20 Fevereiro 1987), 22.
- 22 Gary North, *Political Polytheism: The Myth of Pluralism* (Tyler, Texas: Institute for Christian Economics, 1989), 207.
- 23 Ver Smith, God and Politics, 53 e 63.
- 24 Greg L. Bahnsen, *Theonomy in Christian Ethics*, 2<sup>a</sup> ed. (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1984), 398.
- 25 Greg L. Bahnsen, *No Other Standard* (Tyler, Texas: Institute for Christian Economics, 1991), 192.
- 26 "A posição pluralista sustenta que o estado deve honrar e igualmente proteger as diferenças filosóficas substanciais entre todas as perspectivas religiosas ou `comunidades da fé,' por refreá-las de ações estatais ou legislação sobre qualquer uma delas, ao invés da pluralidade delas. Conseqüentemente, a lei de Deus revelada na Escritura (Antigo e Novo Testamentos) deve ser rejeitada como a autoridade moral sobre a qual o estado fundamenta suas ações e por meio da qual o estado, como uma instituição pluralista, é guiado." Bahnsen, *No Other Standard*, 191-92.
- 27 Ibid., 192. Minha tradução.
- 28 Ibid., 192-93. Minha tradução.
- 29 Ver nota 24.
- 30 Citado por North, Political Polytheism, 190. Minha tradução.
- 31 Ice, "Evaluation of Theonomic Neopostmillennialism," 289.
- 32 Gary Scott Smith, "The Men and Religion Forward Movement of 1911-12," Westminster Theological Journal 49 (Primavera 1987), 92-93.
- 33 Gary North, citado em Ice, "Evaluation of Theonomic Neopostmillennialism," 289.

- Minha tradução.
- 34 North, Political Polytheism, 208.
- 35 Gary North, "Optmistic Corpses," em *Backward, Christian Soldiers?* (Tyler, Texas: Institute for Christian Economics, 1984), 231-32.
- 36 Geisler, "Premillennial View," 256.
- 37 É justo observar, contudo, que muitos pré-milenistas atuais têm dado maior ênfase aos problemas sociais, e têm tentado trabalhar para o bem-estar da comunidade como parte de seu ministério cristão.
- 38 Ice, "Evaluation of Theonomic Neopostmillennialism," 299. Minha tradução.
- 39 North, Polytical Politheism, 208.
- 40 Geisler, "Premillennial View," 258.
- 41 Ibid., 259.
- 42 Isaac Watts, The Works of the Rev. Isaac Watts, 3:343.
- 43 Geisler, "Premillennial View," 260.
- 44 *Ibid.*, 254. "Ele esboçou seis dispensações e um milênio que correspondem exatamente àqueles mencionados na Bíblia de Scofield." (*Ibid.*)
- 45 Isaac Watts, The Works of the Rev. Isaac Watts, 3:330.
- 46 Criticando o pluralismo religioso que diz que as leis do governo civil são baseadas na revelação natural, Bahnsen lembra que "a revelação natural *inclui* as obrigações morais contidas na *primeira* tábua do Decálogo (nosso dever para com Deus), assim como contém aquelas da segunda tábua. Paulo ensinou que a revelação natural condenou o mundo pagão por deixar de glorificar a Deus apropriadamente, por adorar de maneira idólatra e por servir à criatura ao invés do Criador." (Bahnsen, *No Other Standard*, 206)
- 47 Geisler, "Premillennial View," 261.
- 48 Por "pluralismo religioso" entenda-se neste artigo a aceitação da multiplicidade de religiões num determinado país, sem que se aceite que elas contenham verdades salvadoras. O pluralismo soteriológico do pós-modernismo pregado por alguns cristãos é veementemente condenado dentro dos círculos amilenistas de cristãos genuinamente reformados.
- 49 Bahnsen, No Other Standards, 201-202.
- 50 William S. Barker, "Theonomy, Pluralism and the Bible," em *Theonomy A Reformed Critique*, Will Barker e Robert Godfrey, eds. (Grand Rapids: Academie Books, 1990), 236.

*Ibid.*, 241.

52 Ibid., 233.

*Ibid.*, 239.

54 Ibid., 237, 239.

*Ibid.*, 237.

*Ibid.*, 233.

*Ibid.*, 237-38. (Ver a crítica da interpretação de Barker do texto de Mateus 22.15-22 feita por Bahnsen em *No Other Standard*, 202-205).

58 Barker, Theonomy, Pluralism and the Bible, 241.